



Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor-Fiscal Tributário Municipal I
Área de Especialização Gestão Tributária

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A 1

Língua Portuguesa
Matemática/Estatística/Raciocínio Lógico
Direito Tributário

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

1 "Ocorreu em nossos países uma nova forma de colonialismo, com a imposição de uma cultura alheia à própria da região. Cumpre avaliar criticamente os elementos culturais alheios que se pretendam impor do exterior. O desenvolvimento corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e que portanto não é possível importar. Precisamos levar sempre em conta os traços culturais que nos caracterizam, que hão de alimentar a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo altamente industrializado."¹

O que há de extraordinário nessa citação? Nada, exceto a data. Ela não foi redigida no princípio do século XIX e sim no dia 29 de maio de 1993, exatamente um mês antes da redação deste artigo. Trata-se de um documento aprovado por vários intelectuais ibero-americanos, na Guatemala, como parte da preparação da III Conferência de Cúpula da região, a realizar-se em Salvador, na Bahia.

10 Conhecemos bem essa linguagem no Brasil. É o discurso do nacionalismo cultural, que começou a ser balbuciado com os primeiros escritores nativistas, e desde a independência não cessou, passando por vários avatares, com tons e modulações diversas. Ao que parece, nada envelheceu nessas palavras. Quase todos os brasileiros se orgulhariam de repeti-las, como se elas fossem novas e matinais, como se fôssemos contemporâneos do grito do Ipiranga. Nesses 171 anos, o Brasil passou do Primeiro para o Segundo Reinado, da Monarquia para a República Velha, desta para o Estado Novo, deste para a democracia, desta para a ditadura militar, e desta para uma nova fase de democratização. Passamos do regime servil para o trabalho livre – ou quase. De país essencialmente agrário transitamos para a condição de país industrial, e sob alguns aspectos nos aproximamos da pós-modernidade. Só uma coisa não mudou: o nacionalismo cultural. Continuamos repetindo, ritualmente, que a cultura brasileira (ou latino-americana) deve desfazer-se dos modelos importados e voltar-se para sua própria tradição cultural.

¹ Relato general de la "Cumbre Del pensamiento", Antigua-Guatemala, pp. 88 e ss.

(Adaptado de Sergio Paulo Rouanet. "Elogio do incesto". In: **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 346-347)

1. Compreende-se corretamente que Sergio Paulo Rouanet

- (A) faz uma citação e a desqualifica, pelo fato de expressar ideias consideradas ultrapassadas, embora reconheça seu mérito de datar o início de uma específica visão de colonialismo.
- (B) se respalda em renomados intelectuais ibero-americanos para defender o posicionamento adotado no documento preparatório à III Conferência de Cúpula.
- (C) inicia seu artigo com citação que apresenta fatos e descrição de processos, citação em que não se reconhece qualquer marca de atitude prescritiva sobre esses ou aqueles.
- (D) desenvolve raciocínio que legitima a seguinte compreensão: o título do artigo caracteriza o que está denominado no texto como *discurso do nacionalismo cultural*.
- (E) retifica equívoco sobre época de registro oficial de importante documento, pois considera que balizar corretamente é atitude essencial a intelectuais analistas da cultura.

2. Afirma-se com correção:

- (A) O que há de extraordinário nessa citação? é uma pergunta retórica, pois o autor, ao formulá-la, não tem como objetivo receber uma resposta, mas apenas valer-se do questionamento como recurso argumentativo.
- (B) A referência à data em que foi escrito o artigo permite ao autor evidenciar a atualidade de suas ideias, devido à aproximação temporal entre seu texto e o documento aprovado por vários intelectuais ibero-americanos.
- (C) O segmento *não foi redigida no princípio do século XIX e sim no dia 29 de maio de 1993* mostra que o autor considera o Brasil um país sempre em atraso no que se refere à exposição de conceitos.
- (D) Ao referir-se à III Conferência de Cúpula da região, o autor sinaliza que a assembleia não contempla territórios que não sejam guatemaltecos.
- (E) A referência às diversas formas de governo no Brasil demonstra o profundo conhecimento do autor acerca da realidade brasileira, o que torna consistente seu juízo positivo a respeito do que considera "nosso ritual".



3. É correto afirmar:

- (A) (linha 12) O emprego de *Quase* impede que o leitor esclarecido atribua crédito à afirmação feita, dado o valor de dúvida que se insere na frase.
- (B) (linha 13) Na correlação estabelecida pelo duplo emprego de *como*, explicita-se que o autor considera a autonomia política da nação como marco de um início.
- (C) (linha 13) Ao mencionar *como se fôssemos contemporâneos do grito do Ipiranga*, o autor critica os que consideram os brasileiros um povo retrógrado.
- (D) (linha 13) *Nesses 171 anos* é abrangência temporal cujo balizamento se dá, em linha que vai do presente para o passado, a partir do ano em que ocorre o ato da leitura.
- (E) (linha 14) Se *da Monarquia* fosse substituído por *desta*, forma que se tem em outros trechos da sequência, o paralelismo no que se refere à forma de governo não seria prejudicado.

4. "Ocorreu em nossos países uma nova forma de colonialismo, com a imposição de uma cultura alheia à própria da região. Cumpre avaliar criticamente os elementos culturais alheios que se pretendam impor do exterior. O desenvolvimento corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e que portanto não é possível importar. Precisamos levar sempre em conta os traços culturais que nos caracterizam, que hão de alimentar a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo altamente industrializado."

A citação acima transcrita deixa entrever alguns de seus pressupostos. A alternativa que NÃO apresenta um desses pressupostos é:

- (A) A prática do colonialismo supõe a sujeição de uma comunidade, território, país ou nação realizada por outra geralmente mais desenvolvida.
- (B) Uma nova forma, seja qual for a natureza do fenômeno, constitui sempre um experimento, fato que justifica sua falta de aprimoramento, geradora de rejeições.
- (C) Nações podem lançar mão de mais de uma orientação política ou ideológica para manter sob seu domínio os destinos de uma outra.
- (D) A avaliação de elementos culturais nem sempre é realizada de forma competente.
- (E) Países desenvolvidos com base no crescimento industrial nem sempre são parâmetro para o desenvolvimento de outras nações.

5. É correta a seguinte assertiva:

- (A) (linha 3) O segmento *não é possível importar* é proposição que decorre necessária e logicamente das ideias, implícitas ou explícitas, presentes nos enunciados imediatamente anteriores.
- (B) (linha 7) Se o autor se referisse a mais de um documento, a frase estaria correta assim: "Tratam-se de uns documentos aprovados por vários intelectuais...".
- (C) (linha 6) Se, em vez de *O que há de extraordinário nessa citação?*, houvesse "Existe, nesta citação, aspectos extraordinários?", a correção original seria mantida.
- (D) (linhas 6 e 7) Em *Ela não foi redigida no princípio do século XIX e sim no dia 29 de maio de 1993*, a correlação entre as proposições ficaria mais evidente se houvesse uma vírgula depois do **e**, uso também correto.
- (E) (linhas 10 e 11) Em *começou a ser balbuciado com os primeiros escritores nativistas*, a palavra destacada exprime simultaneidade.

6. O texto legitima o seguinte comentário:

- (A) (linha 17) Em *Continuamos repetindo*, a ideia de ação em processo é decorrência exclusiva da forma *Continuamos*.
- (B) (linha 6) A forma verbal *foi redigida* exprime fato passado considerado contínuo.
- (C) (linhas 8 e 9) A forma *a realizar-se em Salvador* exprime fato futuro em relação à data de redação do documento, mas passado em relação à data do artigo.
- (D) (linhas 12 e 13) Em *se orgulhariam de repeti-las*, tem-se a expressão de um fato possível, mas considerado de pouca probabilidade.
- (E) (linha 4) Em *hão de alimentar*, a forma verbal exprime, além da ideia de futuro, a de que o evento é desejado.



7. O segmento do texto que está adequadamente compreendido é:
- (A) (linhas 1 e 2) *uma cultura alheia à própria da região* / um cabedal de conhecimentos desenraizado do seu lugar de origem.
 - (B) (linha 11) *passando por vários avatares* / resistindo a diversos crivos.
 - (C) (linhas 15 e 16) *Passamos do regime servil para o trabalho livre* / Do trabalho que exige força muscular para ser executado passamos para o trabalho industrializado.
 - (D) (linha 16) *país essencialmente agrário* / nação que não reconhece outro *status* social, político e econômico que não seja o dos habitantes das áreas agrícolas.
 - (E) (linhas 17 e 18) *Continuamos repetindo, ritualmente* / Continuamos a reiterar, como numa liturgia.

8. *Só uma coisa não mudou: o nacionalismo cultural. Continuamos repetindo, ritualmente, que a cultura brasileira (ou latino-americana) deve desfazer-se dos modelos importados e voltar-se para sua própria tradição cultural.*

Considerado o trecho acima, é correto afirmar:

- (A) A palavra *Só* está empregada com o mesmo valor do notado na frase "É ela só que arranja as flores nas cerimônias", isto é, como reforço demonstrativo do pronome, equivalendo a "mesmo", "próprio".
- (B) A elipse da vírgula que antecede *ritualmente* não prejudica o sentido e a correção originais.
- (C) Em (**ou** *latino-americana*), **ou** explora mais a aproximação dos conceitos que enlaça que a distinção entre eles.
- (D) É legítima a substituição dos parênteses unicamente por travessões, pois somente eles manteriam o sentido e a correção originais.
- (E) Se o autor fizesse referência a "povos", em vez de à "cultura" latino-americana, a correção exigiria que ambos os termos do gentílico estivessem no masculino e no plural.

9. *O desenvolvimento corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e [que] portanto não é possível importar.*

Propõe-se outra redação para a frase acima, a ser iniciada com "Não é possível importar o desenvolvimento...". Para que o sentido e a correção originais sejam mantidos, a conexão desse início com o segmento destacado deve ser feita mediante o uso de

- (A) contudo.
- (B) dado que.
- (C) se bem que.
- (D) no caso de.
- (E) onde.

10. A afirmação correta é:

- (A) Do ponto de vista estritamente gramatical, a substituição de *os elementos culturais alheios que se pretendam impor* **por** "os elementos culturais alheios que se imporem" preserva a correção.
- (B) Do ponto de vista estritamente gramatical, a substituição de *hão de alimentar a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm* **por** "hão de alimentar a busca de uma solução, que nem sempre se mantém" preserva a correção.
- (C) A grafia de *envelheceu* está correta, como o está a de "rejuveneceu".
- (D) Em *Passamos do regime servil para o trabalho livre* – ou quase, o ajuste que o segmento destacado realiza recai sobre o segmento *regime servil*.
- (E) Do ponto de vista estritamente gramatical, a substituição de *deve desfazer-se dos modelos importados* **por** "se acaso se desfazerem dos modelos importados" preserva a correção.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

1 *Para combater o totalitarismo, basta compreender uma única coisa: o totalitarismo é a negação mais radical da liberdade. No entanto, a negação da liberdade é comum a todas as tiranias e não é de importância fundamental para compreender a natureza peculiar do totalitarismo. Contudo, quem não se mobiliza quando a liberdade está sob ameaça jamais se mobilizará por coisa alguma. Mesmo as admoestações morais, os protestos contra crimes sem precedentes na história, e*

5 *não previstos nos Dez Mandamentos, serão de pouca valia. A própria existência de movimentos totalitários no mundo não totalitário, isto é, o apelo que o totalitarismo exerce sobre as pessoas que dispõem de todas as informações e que são alertadas diariamente contra ele, dá provas eloquentes da falência de toda a estrutura da moralidade, de todo o corpo de mandamentos e proibições que tradicionalmente traduziam e encarnavam as ideias fundamentais de liberdade e justiça em termos de relações sociais e instituições políticas.*

10 *Mesmo assim, muitos duvidam que essa falência seja real. Essas pessoas costumam achar que aconteceu algum acidente e que agora o dever é restaurar a ordem antiga, apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado, mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança. Rotulam quem fala e pensa de outra maneira de "profeta da catástrofe", cuja sombra ameaça toldar o sol que se levanta sobre o bem e o mal por toda a eternidade.*

O cerne da questão é que os "profetas da catástrofe", os pessimistas históricos do final do século XIX e começo do

15 *século XX, de Burckhardt a Splengler, foram ultrapassados pela concretude de catástrofes de dimensões e horrores jamais previstos. No entanto, alguns desdobramentos poderiam ser e foram previstos. Embora pouco se tenham feito ouvir no século XIX, essas previsões se encontram no século XVIII, e foram negligenciadas porque nada poderia justificá-las. Vale a pena saber, por exemplo, o que Kant tinha a dizer, em 1793, sobre o "equilíbrio de poder" como solução para os conflitos do sistema do Estado nacional europeu: "O chamado equilíbrio dos poderes na Europa é como a casa de Swift, que foi*

20 *construída numa harmonia tão perfeita com todas as leis do equilíbrio que, quando um pássaro pousou sobre ela, ruiu imediatamente – um simples fantasma". O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant. [...]*

(Hannah Arendt. "Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão". In: **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54. trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 347-348)

11. Compreende-se corretamente do primeiro parágrafo:

- (A) o totalitarismo é derrotado quando se capta sua verdadeira essência, quando se entende como ela pode ser ampla.
- (B) a capacidade de reação das pessoas ao que as cerceia depende diretamente de terem tido experiências no enfrentamento de instituições políticas.
- (C) manifestações de repulsa contra massacres históricos não podem alertar a humanidade contra futuros crimes, se não estiverem apoiadas em preceitos religiosos.
- (D) ainda que a negação da liberdade exista no totalitarismo em seu mais alto grau, não é ela que o define.
- (E) todos os sistemas sociais opressores e violentos caracterizam-se por idêntica forma de aprisionamento.

12. A autora entende que

- (A) as ideias de "liberdade" e "justiça" são intraduzíveis, pois distintas configurações de mundo estruturam divergentes sistemas de valores.
- (B) pessoas que cotidianamente têm acesso a meios de comunicação de massa são mais esclarecidas, por isso percebem mais rapidamente as ameaças à integridade humana pela tirania.
- (C) o desejo do totalitarismo em contextos que propiciam a conscientização sobre os seus malefícios evidencia a carência dos princípios que já alicerçaram a ideia de liberdade e de justiça.
- (D) o poder é mais atraente para os que vivem num mundo livre do que para aqueles que vivem num mundo totalitário, por isso, para que se preservem a liberdade e a justiça, a vigilância dos primeiros deve ser maior.
- (E) as relações sociais e políticas contemporâneas estão falidas, como o comprovam os sistemas totalitários, que são evolução natural dos tradicionais movimentos totalitários no mundo.



13. No segundo parágrafo,
- (A) (linha 10) *Mesmo assim* tem valor concessivo.
 - (B) (linha 10) *assim* retoma exclusivamente o segmento *em termos de relações sociais e instituições políticas*.
 - (C) (linha 10) o demonstrativo, em *Essas pessoas*, remete ao substantivo que será definido posteriormente, pois não há menção anterior alguma que o pronome possa retomar.
 - (D) (linha 11) *agora* tem valor adversativo, como em "Dar palpite é fácil, agora fazer é difícil".
 - (E) (linhas 11 e 12) a sequência que caracteriza o *dever* tem rigorosa equivalência sintática e semântica.

14. O texto abona o seguinte entendimento:

- (A) os denominados "*profetas da catástrofe*" estão arraigados a práticas pouco racionais, como está sugerido em *apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado, mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança*.
- (B) a questão crucial a ser considerada no que se refere a profecias é que, por definição, ficam aquém dos fenômenos desastrosos que anunciam.
- (C) o maniqueísmo expresso em [*d*]o certo e [*d*]o errado e *ordem e segurança* é o sustentáculo da sociedade efetivamente livre e justa proposta pela autora.
- (D) há pessoas que entendem como fortuito e efêmero o esvaziamento dos tradicionais conceitos de liberdade e justiça, o que as motiva a reaverem os antigos valores que os alicercem novamente.
- (E) a noção de *dever* que aqueles que duvidam desenvolvem quanto a relações sociais e políticas é falha na origem, pois a dúvida permanente que caracteriza os céticos imobiliza sua ação.

15. *Rotulam quem fala e pensa de outra maneira de "profeta da catástrofe", cuja sombra ameaça toldar o sol que se levanta sobre o bem e o mal por toda a eternidade.*

Sobre a frase acima, em seu contexto, afirma-se com correção:

- (A) contém paráfrase literal da expressão "*profeta da catástrofe*".
- (B) a ação de "toldar" é considerada como tendo efetivamente atingido seu objetivo.
- (C) o emprego das aspas sinaliza que a autora defende o sentido pejorativo que a expressão adquiriu.
- (D) a substituição de *cuja sombra ameaça toldar o sol* por "a sombra dos quais ameaça toldar o sol" mantém o sentido e a correção originais.
- (E) sugere que os temerosos do "profeta da catástrofe", tendo como eternas as suas concepções, não as consideram passíveis de relativização.

16. No terceiro parágrafo,

- (A) (linhas 14 e 15) o segmento *os pessimistas históricos do final do século XIX e começo do século XX, de Burckhardt a Splengler* restringe a abrangência da expressão *os "profetas da catástrofe"*, mencionada anteriormente.
- (B) (linha 16) *No entanto* indica, nesse particular emprego, a transição de um pensamento a outro, sem estabelecer, entre as ideias que articula, outro tipo de relação que não seja a de adição.
- (C) (linha 16) no segmento *poderiam ser e foram previstos*, a correlação entre a hipótese expressa e a sua efetivação é firmada pela combinação entre *ser e foram previstos*.
- (D) (linhas 16 e 17) o que se tem em *Embora pouco se tenham feito ouvir no século XIX* põe sob suspeição que *essas previsões se encontram no século XVIII*.
- (E) (linha 17) *foram negligenciadas* exprime o resultado da particular condição expressa em *nada poderia justificá-las*.

17. Considere o trecho em que Kant é citado e as assertivas abaixo.

- I. É plausível o entendimento de que a autora considera as palavras de Kant expressivo exemplo porque foram confirmadas posteriormente pelos fatos, mesmo não tendo, talvez, ecoado no momento em que ele as expressou, em função do contexto europeu.
- II. A autora cita Kant como comprovação tanto da existência de previsões no século XVIII, quanto do fato de que as antecipações do filósofo sobre o equilíbrio dos poderes na Europa não se tenham feito ouvir no século XIX.
- III. Com a expressão *um simples fantasma*, Kant não somente encerra o paralelismo estabelecido entre *O chamado equilíbrio dos poderes na Europa* e *a casa de Swift*, quanto caracteriza ambos os elementos.

O texto legitima o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.



18. Considerado o seu emprego no texto, está adequadamente traduzido o seguinte segmento:
- (A) (linha 3) *quem não se mobiliza quando a liberdade está sob ameaça* / quem não se põe em ação quando há ameaça à liberdade.
 - (B) (linha 4) *as admoestações morais, os protestos contra crimes sem precedentes na história* / os preceitos morais, as revoltas contra crimes históricos hediondos.
 - (C) (linha 5) *serão de pouca valia* / terão valor venal irrisório.
 - (D) (linha 7) *dá provas eloquentes da falência* / demonstra de modo exuberante a insolvência.
 - (E) (linha 15) *ultrapassados pela concretude de catástrofes* / tornados obsoletos pela magnitude de desastres naturais.

19. É correta a seguinte afirmação:

- (A) Em *aconteceu algum acidente* (linhas 10 e 11), o pronome tem valor idêntico ao que tem na frase "Com essa dedicação, tem obtido algum elogio da crítica especializada".
- (B) Em *alguns desdobramentos* (linha 16), o pronome foi usado para indicar, de modo indeterminado, indivíduos da espécie referida pelo substantivo.
- (C) A classe de palavras a que pertencem *bem* e *mal* (linha 13) é distinta da classe a que pertence a palavra destacada em "Disse-lhe um **sim** bastante acanhado".
- (D) Em *Vale a pena saber* (linhas 17 e 18), o acento indicativo da crase não é exigido, por isso, em "Quanto à pena de perda de liberdade: é de rigor menor que o da pena de reclusão", seu uso está incorreto.
- (E) A sintaxe da frase *quando um pássaro pousou sobre ela* (linha 20) propicia que seja transposta para a voz passiva.

20. *O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant.*

Outra pontuação para a frase acima, que mantém o sentido e a correção originais, é:

- (A) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais, não foi um mero fantasma (mas: ruiu exatamente conforme as previsões de Kant).
- (B) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi: um mero fantasma; mas ruiu, exatamente, conforme as previsões de Kant.
- (C) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma. Mas ruiu exatamente, conforme as previsões de Kant.
- (D) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados, nacionais, não foi um mero fantasma – mas ruiu; exatamente conforme as previsões de Kant.
- (E) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma; mas ruiu, exatamente conforme as previsões de Kant.

21. [...] *Canções não resolvem nenhum problema nem aliviam qualquer sofrimento – elas não podem dominar o passado de uma vez por todas ou desfazê-lo em nenhuma de suas partes. Mas podem, à maneira de Homero, "endireitar a história com palavras mágicas para encantar os homens para sempre". E podem, muitas vezes, reconciliar cada um de nós com seu próprio passado, narrando-o a nós mesmos e a outros. A narrativa moldada pela canção tem sempre o mundo como ponto de partida: ela abre trilhas no emaranhado das coisas humanas, opina sobre elas, discute quanto valem, dá caráter público àquilo cujo conhecimento estaria, num primeiro momento, fechado no coração do homem, e expõe de modo transparente a verdade íntima dos sentimentos humanos.*

(Heloisa Maria Murgel Starling. "Música popular brasileira: outras conversas sobre os jeitos do Brasil".)

Dentre as frases abaixo, que reduzem o que se tem no trecho, a que mais abrange ideias fundamentais é:

- (A) Mesmo não podendo curar nossas dores, a canção nos faz compreender melhor nosso passado, propiciando um apaziguamento de nossas inquietações.
- (B) Homero encanta os homens para sempre, assim como pode fazer a canção, mesmo não tendo o poder de dominar efetivamente o passado ou de anular uma das suas partes.
- (C) A canção não tem a capacidade de agir diretamente sobre a realidade, mas, ao modelar uma história, magicamente ilumina o que está obscuro, em nós próprios ou no que está a nosso redor.
- (D) A narrativa que uma canção emoldura, endireitando o que passou com palavras mágicas que encantam os homens para sempre, tem sempre a realidade como ponto de partida.
- (E) A canção, ao tratar das coisas humanas, o faz de maneira a procurar entendê-las, propiciando o compartilhamento de experiências, até as mais íntimas.



22. A única frase que, do ponto de vista semântico, NÃO está comprometida é:
- (A) Há muito tempo o rapaz está submerso; se ele demorar mais para imergir, pode correr perigo de morte.
 - (B) Nunca vi uma chuva que não dá um minuto de trégua; essa intermitência me angustia.
 - (C) Distratava tanto a cunhada, que ela deixou de visitá-los.
 - (D) Quando o temporal se anunciou, mandou arrear o cavalo e partiu imediatamente.
 - (E) Delatou a pupila há meia hora, por isso não está enxergando bem.
-
23. O papel da mulher está definitivamente ligado ao grupo social no qual está inserido, à medida que a questão transcende o âmbito da família.
- Considerado o padrão culto escrito, é correto afirmar sobre a frase acima:
- (A) Está redigida corretamente.
 - (B) Necessita de uma alteração na pontuação – o emprego de vírgula depois de "social" – para que, do ponto de vista semântico, seja aceitável.
 - (C) Necessita de duas correções: a substituição de "inserido" por "inserida" e a substituição de "à medida que" por "na medida em que".
 - (D) Necessita de uma única correção: o emprego de "transcende ao âmbito" em lugar de "transcende o âmbito".
 - (E) Necessita de duas correções: a substituição de "no qual está inserido" por "em que se insere" e a substituição de "à medida que" por "a medida em que".

Atenção: As questões de números 24 e 25 referem-se ao texto abaixo.

Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio, ou seja, reflete-se sobre o caso proposto e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo. Esse bom-senso lhes permitirá antecipar consequências futuras. Quando expressam sua opinião, que o faça com decoro e cuidado, para garantir sua real intenção.

24. No primeiro período do texto,
- (A) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria cabível a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, "quando refletem" e "quando procuram avaliar".
 - (B) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados – *à função* e *para a qual estão se candidatando* – em relação de dependência com a mesma palavra – *aptos*.
 - (C) nenhuma alteração merece ser sugerida, pois o conjunto está organizado em conformidade com as diretrizes do padrão culto escrito.
 - (D) a frase introduzida por *ou seja* poderia ser eliminada, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: "ponderar" implica, por si só, a ideia de "refletir" e "avaliar de forma imparcial".
 - (E) com o intuito de observar-se a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego de *se mostram* e *estão*, no início da frase, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estão* por "estão".
-
25. Considerados os dois últimos períodos, é correto afirmar:
- (A) ambas as frases não necessitam de aperfeiçoamento, pois apresentam-se claras e corretas.
 - (B) o emprego de *Esse* é equivocado, pois o pronome não pode retomar palavra (*bom-senso*) que não tenha sido mencionada explicitamente antes.
 - (C) com o intuito de observar maior clareza, seria cabível a substituição de *antecipar consequências futuras* por "prever desdobramentos das ações a serem realizadas".
 - (D) o segmento *que o faça com decoro e cuidado* contém uma impropriedade, que seria sanada com a substituição de "o" por "a".
 - (E) para evitar repetição e propiciar maior clareza, seria cabível a substituição do segmento *para garantir sua real intenção* por "para garantir a própria intenção".



26. A frase em que a ortografia está adequada ao padrão culto escrito é:
- (A) À mínima contrariedade, exarcebava-se de tal maneira que seus excessos verbais eram já conhecidos de todos.
 - (B) A espontaneidade com que se referiu ao local como "impesteado" fez que todo o auditório explodisse em risos.
 - (C) Quanto à infraestrutura, será necessário reconstruí-la em prazo curto, mas sem que haja qualquer tipo de displicência.
 - (D) O docente não viu como retaliação a rasura no cartaz que afixara, mas sua intenção era advertir quanto ao desleixo com a coisa pública.
 - (E) A obra faraônica será uma exressência naquela paisagem bucólica, mas ninguém teve hêsito em convencer os responsáveis da necessidade de revisão do projeto.
-
27. A frase em que a palavra destacada está empregada corretamente é:
- (A) Só mesmo ele, com sua ousadia, podia ter-se arrogado em certos direitos.
 - (B) Percebeu que o que fizera era uma exorbitância com suas funções.
 - (C) No dia seguinte da postagem da carta, ela já a recebia em casa.
 - (D) Sua função lhe incompatibilizou com muitos colegas.
 - (E) Depois de anos, resignou-se definitivamente àquele modo de vida precário.
-
28. *Os artesãos mais velhos não queriam deixar a praça.
Os artesãos jovens queriam deixar a praça.
O espaço público oferecido em troca da praça era mais precário que ela.*
- A proposta é organizar as frases acima num único período, com os arranjos necessários para que o conjunto fique claro, sem repetições e correto. A alternativa que atende a esses quesitos é:
- (A) Artesãos mais velhos e mais jovens eram contraditórios: os primeiros não queriam deixar a praça, enquanto os outros não se importavam, mesmo ao receber em troca um espaço mais precário.
 - (B) Contrariamente ao que desejavam os artesãos mais velhos, os artesãos jovens queriam deixar a praça, ainda que o espaço público oferecido em troca fosse mais precário.
 - (C) Foi oferecido um espaço público, entretanto precário, para os artesãos deixarem a praça, mas os mais velhos não quiseram, diferente dos jovens que aceitaram.
 - (D) De um lado, os artesãos mais velhos, do outro os jovens, que queriam deixar a praça e ir para o espaço público oferecido em troca, mas os primeiros, não, que era mais precário.
 - (E) Embora o espaço oferecido sendo mais precário que o outro, os artesãos jovens queriam deixar em troca a praça, que os mais velhos não desejavam.
-
29. Considerado o padrão culto escrito, a alternativa que apresenta frase correta é:
- (A) Depois de muita hesitação, convim com as condições da compra e assinei um documento, cuja linguagem é bastante técnica, declarando irrevogáveis as cláusulas do contrato.
 - (B) Por mais que queiramos negar envolvimento dos menores no distúrbio, podem haver fatos que desconheçamos, por isso acataremos as orientações que advenham do episódio.
 - (C) Pelo que dissesstes sobre a incrustação das joias, mereces parabéns, e também pela competência, pois, sem tê-las sequer mostrado à interessada, a tornou uma feliz compradora.
 - (D) A especialista à qual se deve as pesquisas educacionais diz que cada uma das escolas que se proporam a fornecer dados declararam o motivo particular que as pôs em movimento.
 - (E) As terras de que essa espécie de vinho provêm são as do tipo mais recomendáveis para a cultura da videira, motivo pelo qual são tão valorizadas e desejadas por viticultores.
-
30. A frase que se apresenta redigida de forma clara e correta é:
- (A) Não quero e não devo contar qual foi a confusão em que me meti, nem porque idas e vindas acabei percebendo o real perigo que corria.
 - (B) Todos estando bastante, ou excessivamente, contrariados, nesse diapasão nada se podia fazer para acalmar o representante dos funcionários, cujo apoio sustentaria o evento.
 - (C) O debate seguia acalorado entre o jornalista e o entrevistado, sendo por essa razão o convite feito a um mediador, pois de sua presença dependia o impasse.
 - (D) Pior do que hostilizá-los é fazer os trabalhadores acreditarem que qualquer outro modo de reconhecimento pelo seu esforço, que não seja a justa remuneração, é tão honesto quanto ela.
 - (E) O indivíduo contribui com a cidadania, quando se posiciona a favor dos direitos, porém corrompe com a ética, se fizer contra os preceitos morais.

**MATEMÁTICA/ESTATÍSTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO****Matemática Financeira**

31. Em 05 de janeiro de certo ano, uma pessoa tomou R\$ 10.000,00 emprestados por 10 meses, a juros simples, com taxa de 6% ao mês. Após certo tempo, encontrou um outro credor que cobrava taxa de 4% ao mês. Tomou, então, R\$ 13.000,00 emprestados do segundo credor pelo resto do prazo e, no mesmo dia, liquidou a dívida com o primeiro. Em 05 de novembro desse ano, ao liquidar a segunda dívida, havia pago um total de R\$ 5.560,00 de juros aos dois credores. O prazo do segundo empréstimo foi
- (A) 4 meses.
(B) 4 meses e meio.
(C) 5 meses.
(D) 5 meses e meio.
(E) 6 meses.
-
32. Em uma loja, um computador, cujo preço é R\$ 2.200,00, pode ser vendido nas seguintes condições:
- à vista, com abatimento de 10% no preço ou
 - em duas parcelas, sendo a primeira delas dada como entrada, correspondendo a 25% do preço. A segunda, que corresponde ao restante financiado a juros compostos à taxa de 4% ao mês, deve ser paga ao completar 2 meses da data da compra.
- Se R e S são, respectivamente, os totais pagos no primeiro e no segundo casos, é verdade que
- (A) $S = R + R\$ 354,64$.
(B) $S + R = R\$ 4.312,00$.
(C) $R = S - R\$ 179,52$.
(D) $S - R = R\$ 99,52$.
(E) $S = 2R$.
-
33. Dois títulos, um com vencimento daqui a 30 dias e outro com vencimento daqui a 60 dias, foram descontados hoje, com desconto racional composto, à taxa de 5% ao mês. Sabe-se que a soma de seus valores nominais é R\$ 5.418,00 e a soma dos valores líquidos recebidos é R\$ 5.005,00. O maior dos valores nominais supera o menor deles em
- (A) R\$ 1.502,50.
(B) R\$ 1.484,00.
(C) R\$ 1.417,50.
(D) R\$ 1.215,50.
(E) R\$ 1.195,00.
-
34. Uma dívida, no valor de R\$ 91.600,00, foi paga em 5 parcelas mensais, a primeira delas vencendo ao completar um mês da data do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema de Amortização Francês com taxa de 3% ao mês e que o fator de valor atual correspondente é 4,58. A cota de amortização da segunda prestação foi
- (A) R\$ 17.900,60.
(B) R\$ 17.769,56.
(C) R\$ 17.512,53.
(D) R\$ 17.315,45.
(E) R\$ 17.117,82.



35. Uma dívida, no valor de R\$ 5.000,00, foi paga em 20 parcelas mensais, a primeira delas vencendo ao completar um mês da data do empréstimo. O sistema utilizado foi o SAC (Sistema de Amortização Constante), com taxa de 4% ao mês. Nessas condições, é verdade que
- (A) a cota de juros da terceira prestação foi R\$ 250,00.
 (B) a cota de amortização da quinta prestação foi R\$ 220,00.
 (C) o valor da décima prestação foi R\$ 350,00.
 (D) o saldo devedor imediatamente após o pagamento da décima-quinta parcela foi R\$ 1.250,00.
 (E) a cota de juros da última prestação foi R\$ 15,00.

36. Uma pessoa investiu R\$ 1.000,00 por 2 meses, recebendo ao final desse prazo o montante de R\$ 1.060,00. Se, nesse período, a taxa real de juros foi de 4%, então a taxa de inflação desse bimestre foi de aproximadamente
- (A) 1,84.
 (B) 1,86.
 (C) 1,88.
 (D) 1,90.
 (E) 1,92.

37. Para a aquisição de um equipamento, uma empresa tem duas opções, apresentadas na tabela abaixo.

	Opção X	Opção Y
Custo inicial	R\$ 15.000,00	R\$ 12.000,00
Manutenção anual	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00
Vida útil	12 anos	12 anos
Valor residual	R\$ 1.495,20	R\$ 996,80

Dados:

Considere que

$$(1,2)^{12} = 8,9 \text{ e que } \frac{(1,2)^{12} - 1}{0,2 \cdot (1,2)^{12}} = 4,44$$

Utilizando-se a taxa de 20% ao ano, verifica-se que o módulo da diferença entre os valores atuais das opções X e Y, na data de hoje, é

- (A) zero.
 (B) R\$ 1.041,00.
 (C) R\$ 2.056,00.
 (D) R\$ 2.085,00.
 (E) R\$ 2.154,00.

Estatística

Instruções: Para resolver às questões de números 38 a 40, considere as informações a seguir:

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,84) = 0,80, \quad P(Z < 1,5) = 0,933, \quad P(Z < 1,96) = 0,975, \quad P(Z < 2,5) = 0,994.$$

38. Desejando-se estimar a média μ dos salários de uma população, que deve ser considerada de tamanho infinito, com desvio padrão conhecido e igual a R\$ 100,00, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 elementos da população que forneceu os resultados apresentados na tabela abaixo:

Classes de salários (em reais)	Frequência Absoluta
1500 — 2500	x
2500 — 3500	x + 15
3500 — 4500	y + 9
4500 — 5500	y
Total	100

Sabendo que $x - y = 2$, e utilizando para a estimativa pontual de μ a média aritmética dos 100 salários apresentados, calculada considerando que todos os valores incluídos num intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo, um intervalo de confiança para μ , com coeficiente de confiança de 95%, é, em reais, dado por

- (A) (3410,40; 3449,60)
 (B) (3409,40; 3450,60)
 (C) (3400,40; 3439,60)
 (D) (3420,60; 3459,40)
 (E) (3410,00; 3450,00)



39. Seja X a variável aleatória que representa o comprimento de uma peça. Sabe-se que X tem distribuição normal com média 10 cm e desvio padrão de 2 cm. As peças são classificadas pelo tamanho de acordo com a tabela abaixo:

Se (em cm)	Tamanho
$X < 8,32$	pequeno
$8,32 \leq X \leq 11,68$	médio
$X > 11,68$	grande

Três peças são selecionadas aleatoriamente e com reposição da distribuição de X . A probabilidade de pelo menos uma ser pequena é

- (A) 0,512.
(B) 0,488.
(C) 0,474.
(D) 0,456.
(E) 0,412.
-
40. Testes realizados pela indústria Cookwell indicam que seu forno de microondas tem probabilidade 0,1 de apresentar a 1ª falha antes de 1000 horas de uso. Um novo método de produção está sendo implantado e os técnicos garantem que a probabilidade acima deve diminuir. Com o objetivo de verificar esta afirmação, tomou-se uma amostra de 144 aparelhos e os resultados indicaram 9 com a 1ª falha antes de 1000 horas de uso. O valor do nível descritivo do teste, calculado através da proporção amostral, supondo que a mesma tem distribuição aproximadamente normal e não considerando qualquer correção de continuidade, é,
- (A) 0,6%.
(B) 1%.
(C) 2,5%.
(D) 6%.
(E) 6,7%.
-
41. Suponha que ao realizar um experimento ocorra o evento A com probabilidade p e não ocorra com probabilidade $(1-p)$. Repetimos o experimento de forma independente até que A ocorra pela primeira vez. Seja: X = número de repetições do experimento até que A ocorra pela primeira vez. Sabendo que a média de X é 3, a probabilidade condicional expressa por $P(X = 2 \mid X \leq 3)$ é igual a

- (A) $\frac{2}{9}$
(B) $\frac{1}{3}$
(C) $\frac{6}{19}$
(D) $\frac{5}{27}$
(E) $\frac{4}{27}$



42. Sejam X e Y duas variáveis aleatórias tais que:

- I. X tem distribuição exponencial com média μ .
- II. Y tem distribuição uniforme contínua no intervalo $[-a, a]$ e é tal que $P(Y > 1) = \frac{7}{18}$.
- III. μ é igual à variância de Y.

Nessas condições, $P(X < 13,5)$ é igual a

- (A) 0,63.
- (B) 0,69.
- (C) 0,70.
- (D) 0,75.
- (E) 0,86.

Dados:

$$e^{-1} = 0,37; \quad e^{-1,2} = 0,30 \quad e^{-1,4} = 0,25 \quad e^{-2} = 0,14$$

43. Considere as seguintes afirmações:

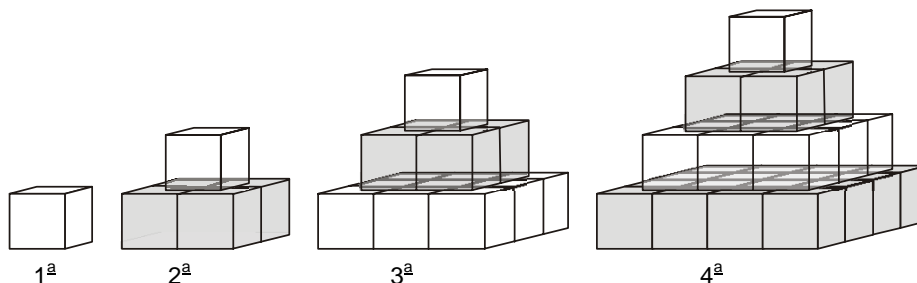
- I. Um dispositivo útil quando se quer verificar a associação entre duas variáveis quantitativas é o gráfico de dispersão entre essas duas variáveis.
- II. O coeficiente de variação é uma medida de dispersão relativa que depende da unidade de medida da variável que está sendo analisada.
- III. Dentre as medidas de posição central, a média é considerada uma medida robusta pelo fato de não ser afetada por valores aberrantes.
- IV. Se o coeficiente de correlação linear de Pearson entre duas variáveis for igual a zero, não haverá associação linear entre elas, implicando a ausência de qualquer outro tipo de associação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I.
- (E) II e III.

Raciocínio Lógico

44. Considere a sequência de figuras, que representam caixas idênticas, exceto pela cor, empilhadas segundo uma determinada lógica.



A 101ª figura dessa sequência possui n caixas a mais do que a 99ª figura. O valor de n é igual a

- (A) 19801.
- (B) 20002.
- (C) 20201.
- (D) 20404.
- (E) 20605.



45. Para classificar uma empresa como "altamente bem avaliada pelos clientes", um órgão certificador de qualidade exige que, em qualquer grupo de 10 clientes dessa empresa, sempre existam pelo menos dois clientes que a avaliem bem, independentemente da forma como esse grupo seja escolhido. De acordo com esse critério, para que uma empresa com 60 clientes seja considerada "altamente bem avaliada pelos clientes", ela deverá ser bem avaliada por, no mínimo,
- (A) 52 clientes.
 - (B) 50 clientes.
 - (C) 32 clientes.
 - (D) 30 clientes.
 - (E) 12 clientes.

46. Numa partida de futebol, o total de gols marcados foi um número par, sendo que nenhum deles foi gol contra. O time que fez o primeiro gol do jogo acabou derrotado, mas seu atacante foi o artilheiro da partida, tendo marcado mais gols do que qualquer outro jogador em campo. Apenas com as informações fornecidas, pode-se concluir que o total de gols marcados nesse jogo foi, no mínimo, igual a
- (A) 2.
 - (B) 4.
 - (C) 6.
 - (D) 8.
 - (E) 10.

47. Considere a multiplicação abaixo, em que letras iguais representam o mesmo dígito e o resultado é um número de 5 algarismos.

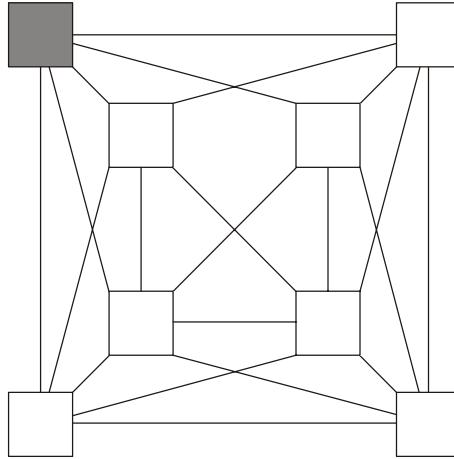
$$\begin{array}{r} \text{R A M O S} \\ \times \qquad \qquad \qquad 9 \\ \hline \text{S O M A R} \end{array}$$

A soma ($S + O + M + A + R$) é igual a

- (A) 33.
 - (B) 31.
 - (C) 29.
 - (D) 27.
 - (E) 25.
48. Arlete e Salete são irmãs gêmeas idênticas, mas com uma característica bem diferente: uma delas só fala a verdade e a outra sempre mente. Certo dia, um rapaz que não sabia qual das duas era a mentirosa perguntou a uma delas: "Arlete é mentirosa?". A moça prontamente respondeu: "Sim". Analisando somente a resposta dada, o rapaz pôde concluir que havia se dirigido a
- (A) Arlete, e que ela era a irmã mentirosa.
 - (B) Arlete, e que ela não era a irmã mentirosa.
 - (C) Arlete, mas não pôde decidir se ela era a irmã mentirosa.
 - (D) Salete, e que ela não era a irmã mentirosa.
 - (E) Salete, mas não pôde decidir se ela era a irmã mentirosa.



49. As letras A, B, C, D, E, F, G e H deverão ser distribuídas pelos oito quadrados da figura abaixo, de modo que em cada quadrado seja escrita uma única letra e todas as letras sejam escritas uma única vez. Duas letras que ocupem posições consecutivas no alfabeto (por exemplo, A e B, ou ainda, F e G) não poderão ser escritas em quadrados ligados por uma linha.



Nessas condições, para que o problema possa ser resolvido, no quadrado destacado pelo sombreado

- (A) poderá ser escrita a letra A ou a letra H.
- (B) poderá ser escrita a letra B ou a letra G.
- (C) poderá ser escrita a letra C ou a letra F.
- (D) deverá, necessariamente, ser escrita a letra A.
- (E) deverá, necessariamente, ser escrita a letra D.
-
50. Para a prova final de um concurso de televisão, serão colocadas 20 caixas no palco, numeradas de 1 a 20. Em cada caixa, haverá uma pista diferente, que ajudará a desvendar o enigma da noite. Um a um, os 20 concorrentes serão sorteados para ter acesso às pistas, de acordo com a seguinte regra:
- o 1º sorteado lerá as pistas das caixas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20,
 - o 2º sorteado lerá apenas as pistas das caixas 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18 e 20,
 - o 3º sorteado lerá apenas as pistas das caixas 3, 6, 9, 12, 15 e 18,
 - o 4º sorteado lerá apenas as pistas das caixas 4, 8, 12, 16 e 20,
 - o 5º sorteado lerá apenas as pistas das caixas 5, 10, 15 e 20,
 - o 6º sorteado lerá apenas as pistas das caixas 6, 12 e 18,
- e assim sucessivamente, até o 20º sorteado, que só lerá a pista da caixa 20.

Algumas pistas serão lidas por um número par de concorrentes e as demais serão lidas por um número ímpar de concorrentes. A quantidade de pistas lidas por um número ímpar de concorrentes é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 10.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Siglas utilizadas:

- Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI
- Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU
- Código Tributário Nacional – CTN
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ

51. Um município brasileiro, desconsiderando as regras de direito privado a respeito de transmissões onerosas e doações de bens e direitos, inseriu, na lei ordinária que instituiu o ITBI naquele município, uma regra jurídica que equiparava as doações de imóveis, feitas entre parentes em linha reta e entre parentes em linha colateral, até o terceiro grau, a transmissões onerosas e, com base nessa norma legal, passou a cobrar o ITBI sobre essas transmissões.

Nesse caso, a norma municipal acima referida

- (A) não poderia ter sido criada pelo município, pois é competência dos Estados, e não dos municípios, legislar sobre o ITBI.
- (B) não poderia ter sido criada pelo município, pois ela fere norma geral de direito tributário que impede que a pessoa jurídica de direito público edite norma para alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, para definir ou limitar competências tributárias.
- (C) poderia ter sido criada pelo município, pois é competência dos municípios legislar sobre o ITBI.
- (D) poderia ter sido criada pelo município, desde que o município firmasse convênio com o Estado no qual ele está localizado, transferindo a competência tributária do Estado para a competência tributária do município.
- (E) poderia ter sido criada pelo município, desde que o município firmasse convênio com o Estado no qual está localizado, transferindo a competência tributária do Estado para a do município e promovendo repartição de receita com o ente estadual, de modo que este recebesse em repasse a mesma importância que receberia se a operação tivesse sido tributada pelo ITCMD.

52. A realização de obras públicas, que transformaram uma região anteriormente pantanosa em um belo e aprazível parque, ocasionou a valorização da maior parte dos imóveis localizados em suas proximidades, da seguinte maneira:

- o imóvel "A", que valia R\$ 4.000.000,00 antes das obras, teve fator de absorção do benefício de valorização de 200%, passando a valer R\$ 12.000.000,00.
- o imóvel "B", que valia R\$ 3.000.000,00 antes das obras, teve fator de absorção do benefício da valorização de 100%, passando a valer R\$ 6.000.000,00.
- o imóvel "C", que valia R\$ 2.000.000,00 antes das obras, teve fator de absorção do benefício da valorização de 50%, passando a valer R\$ 3.000.000,00.
- o imóvel "D" não teve valorização alguma em decorrência das obras realizadas.

Obs.: Todos os quatro imóveis têm a mesma área de terreno e o que determinou a diferença nos fatores de absorção do benefício da valorização foram elementos alheios à dimensão do terreno.

O custo total da obra foi orçado em R\$ 6.000.000,00 e a referida contribuição deverá custeá-la integralmente.

Com base nessas informações e considerando que o município em questão editou lei ordinária estabelecendo a cobrança de contribuição de melhoria para fazer face ao custo dessa obra, é correto afirmar que

- (A) os proprietários dos imóveis "A", "B", "C" e "D" deverão pagar contribuição de melhoria, pois estão na zona beneficiada.
- (B) os proprietários dos imóveis "A", "B" e "C" deverão pagar contribuição de melhoria, desde que a fixação das bases de cálculo e dos fatos geradores respectivos sejam estabelecidos por lei complementar.
- (C) os proprietários dos imóveis "A", "B" e "C", que tiveram seus imóveis efetivamente valorizados com a obra, deverão ratear integralmente o valor de custo da obra, com base na área do terreno de cada um deles, cabendo a cada um o valor de R\$ 2.000.000,00.
- (D) a municipalidade poderá exigir, cumulativamente, de todos os quatro proprietários, contribuição de melhoria em valor igual ao da valorização de seus respectivos imóveis, cabendo ao imóvel "A" pagar R\$ 8.000.000,00, ao imóvel "B" pagar R\$ 3.000.000,00, ao imóvel "C" pagar R\$ 1.000.000,00 e não cabendo nada a "D", perfazendo um total de R\$ 12.000.000,00.
- (E) a municipalidade poderá exigir do proprietário do imóvel "C" contribuição de melhoria no valor de R\$ 500.000,00, mesmo que seu imóvel tenha sido valorizado em R\$ 1.000.000,00, desde que o limite total da exigência referente ao custo da obra não ultrapasse R\$ 6.000.000,00.



53. Ocorrido o fato gerador do IPTU, iniciou-se o prazo para que a Fazenda Pública municipal efetuasse o lançamento desse tributo, o que foi feito dentro do prazo previsto na legislação.
- O contribuinte, discordando do valor do crédito tributário constituído por meio desse lançamento, ofereceu, tempestivamente, impugnação contra ele, a qual, todavia, resultou totalmente infrutífera, já que a decisão definitiva, na esfera administrativa, manteve a integralidade do crédito tributário lançado.
- Resignado com essa decisão administrativa, o contribuinte optou por não discutir a questão na esfera judicial, dando ensejo a que a Fazenda Pública pudesse cobrar dele o crédito tributário constituído pelo citado lançamento.
- O prazo inicialmente referido para a Fazenda Pública efetuar o lançamento do tributo; o obstáculo jurídico do início da fluência do prazo para a cobrança do crédito tributário definitivamente constituído e o prazo finalmente mencionado para a Fazenda Pública poder cobrar do contribuinte o crédito tributário definitivamente constituído são, respectivamente, denominados
- (A) decadência; suspensão de exigibilidade do crédito tributário e prescrição.
 - (B) prescrição; suspensão de exigibilidade do crédito tributário e decadência.
 - (C) prescrição; decadência e suspensão de exigibilidade do crédito tributário.
 - (D) decadência; prescrição e suspensão de exigibilidade do crédito tributário.
 - (E) suspensão de exigibilidade do crédito tributário; decadência e prescrição.
-
54. Um contribuinte infrator de dispositivo da legislação tributária, querendo sanear a irregularidade cometida, pretende promover a denúncia espontânea. Como essa infração resultou em sonegação do tributo, esse contribuinte infrator, para evitar a imposição de sanções fiscais sobre ele, decidiu efetuar o pagamento do tributo devido, acrescido dos juros de mora sobre ele incidentes.
- Para que essa denúncia esteja revestida de espontaneidade, ela deverá ser feita antes
- (A) do julgamento de impugnação apresentada contra o lançamento de ofício da penalidade pecuniária.
 - (B) do transcurso do prazo prescricional.
 - (C) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal à qual a infração está vinculada.
 - (D) do transcurso do prazo decadencial.
 - (E) de o fisco dar início a qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
-
55. Para poder discutir em juízo a incidência ou não de um determinado tributo, lançado por município paulista, o contribuinte ingressou com a ação judicial que considerou apropriada e, no bojo dessa ação, efetuou o depósito da importância em discussão.
- Como a decisão definitiva do processo foi contrária ao contribuinte, a quantia depositada foi convertida em renda da Fazenda Pública municipal.
- Nesse caso,
- (A) o depósito da quantia questionada, integral ou parcial, suspende a exigibilidade do crédito tributário e a conversão dele em renda extingue esse mesmo crédito.
 - (B) o depósito integral da quantia questionada suspende a exigibilidade do crédito tributário e a conversão dele em renda extingue esse mesmo crédito.
 - (C) tanto o depósito integral da quantia questionada como sua conversão em renda da Fazenda Pública municipal suspendem a exigibilidade do crédito tributário questionado judicialmente.
 - (D) tanto o depósito integral da quantia questionada como sua conversão em renda da Fazenda Pública municipal extinguem o crédito tributário questionado judicialmente.
 - (E) a conversão em renda da quantia questionada judicialmente extingue o crédito tributário e o seu depósito, integral ou não, suspende definitivamente a exigibilidade desse mesmo crédito.
-
56. Como resultado da emancipação político-administrativa do distrito de um determinado município paulista, o município recém-criado terá, em primeiro lugar, de eleger sua Câmara Municipal para que esta, posteriormente, elabore a legislação tributária do referido município. Nesse caso, salvo disposição de lei em contrário,
- (A) até a edição dessa nova legislação, não poderá ser cobrado tributo algum pela pessoa jurídica de direito público recém-criada.
 - (B) até a edição dessa nova legislação, só poderão ser cobradas taxas pela pessoa jurídica de direito público recém-criada.
 - (C) até a edição dessa nova legislação, continuará a ser aplicada a legislação tributária do município do qual a nova pessoa jurídica de direito público se desmembrou, até que entre em vigor a sua própria.
 - (D) a repartição das receitas tributárias (50% do IPVA, 25% do ICMS, 50% do ITR etc.) referentes a fatos geradores ocorridos no novo município, após a sua criação, pertencerão ao município do qual ele se desmembrou, até o último dia do exercício em que entrar em vigor a legislação do novo município.
 - (E) a repartição das receitas tributárias (50% do IPVA, 25% do ICMS, 50% do ITR etc.) referentes a fatos geradores ocorridos no novo município, após a sua criação, pertencerão ao município do qual ele se desmembrou, até o primeiro dia do exercício seguinte ao que entrar em vigor a legislação do novo município.



57. Um contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU possuía um imóvel urbano com área construída equivalente a 250 m². Após a reforma que promoveu nesse imóvel, no final do ano de 2009, a área construída, passou a ser de 400 m².

Essa reforma foi feita sem o conhecimento nem a autorização das autoridades municipais competentes, com o intuito de evitar o aumento do valor do IPTU lançado para esse imóvel.

Independentemente das sanções que esse contribuinte possa sofrer pelas irregularidades cometidas, foi constatado que, nos anos de 2010 e 2011, a prefeitura daquele município lançou o IPTU em valor menor do que o devido, pois considerou como construída a área de 250 m², e não de 400 m².

Em setembro de 2011, ao tomar conhecimento de que a área construída do referido imóvel havia sido aumentada sem a devida comunicação à municipalidade, a fiscalização municipal, em relação ao IPTU,

- (A) não pode fazer coisa alguma, pois os lançamentos do IPTU referentes aos exercícios de 2010 e 2011 já haviam sido feitos e estavam revestidos de definitividade.
- (B) pode revisar de ofício os lançamentos do IPTU referentes aos exercícios de 2010 e 2011, para apreciar fatos anteriormente desconhecidos (o aumento da área construída), não havendo prazo limite para o início dessa revisão, pois o contribuinte agiu com dolo ao deixar de informar a Fazenda Pública municipal a respeito da ampliação da área construída.
- (C) desde que autorizado judicialmente, pode rever de ofício os lançamentos do IPTU referentes aos exercícios de 2010 e 2011, para apreciar fatos anteriormente desconhecidos (o aumento da área construída), devendo essa revisão do lançamento, porém, ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
- (D) pode revisar de ofício os lançamentos do IPTU referentes aos exercícios de 2010 e 2011, para apreciar fatos anteriormente desconhecidos (o aumento da área construída), devendo essa revisão do lançamento, porém, ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
- (E) pode revisar de ofício apenas o lançamento do IPTU referente ao exercício de 2011, pois foi nesse exercício que o fisco constatou a existência de aumento da área construída.

58. A legislação tributária de um determinado município paulista atribui eficácia normativa às decisões de seus órgãos coletivos de jurisdição administrativa.

Esse órgão, por sua vez, em determinada ocasião, proferiu decisão administrativa dessa natureza, concluindo pela não incidência de um determinado tributo municipal.

Esse entendimento, todavia, não reflete a jurisprudência firmada nos tribunais judiciais superiores, que têm sido em sentido diverso, pela incidência desse tributo.

Com base na regra da legislação municipal que atribui eficácia normativa às decisões de seus órgãos coletivos de jurisdição administrativa, muitos munícipes deixaram de pagar o referido tributo, seguindo o entendimento desse tribunal administrativo. A fiscalização, porém, tomando ciência de que os tribunais judiciais superiores firmaram entendimento em sentido diverso, pela incidência desse tributo, adotou a mesma interpretação da legislação firmada nos tribunais superiores e passou a fazer o lançamento do referido tributo, observando os prazos decadenciais.

Relativamente a essa situação, a Fazenda Pública municipal

- (A) poderá reclamar o tributo devido, mas não poderá impor penalidades, nem reclamar juros de mora ou atualização monetária pelo imposto pago extemporaneamente.
- (B) poderá reclamar o tributo devido, bem como impor penalidades e reclamar juros de mora e atualização monetária pelo tributo pago extemporaneamente.
- (C) poderá reclamar o tributo devido e impor penalidades, mas não poderá reclamar juros de mora ou atualização monetária pelo imposto pago extemporaneamente.
- (D) poderá reclamar o tributo devido, impor penalidades e reclamar atualização monetária sobre o imposto pago extemporaneamente, pois isso não implica aumento da base de cálculo do imposto, mas não poderá reclamar juros de mora pelo imposto pago extemporaneamente.
- (E) nada poderá reclamar do contribuinte, nem mesmo o valor nominal do tributo, pois ele agiu em conformidade com decisão proferida em processo administrativo tributário à qual a lei daquele município atribui eficácia normativa.

59. Uma lei hipotética do município de São Paulo reduziu de 50% para 30% o percentual da penalidade aplicável ao sujeito passivo que descumpriu uma determinada obrigação tributária.

Esse novo percentual de penalidade se aplica

- (A) apenas às infrações cometidas após a data em que essa lei entrou em vigor.
- (B) apenas às infrações cometidas antes da data em que essa lei entrou em vigor.
- (C) em relação às infrações cometidas tanto antes, como depois, da data em que essa lei entrou em vigor.
- (D) em relação a todas as infrações cometidas depois da entrada da lei em vigor e, em relação àquelas cometidas antes dessa data, somente em relação aos processos não definitivamente julgados.
- (E) em relação a todas as infrações cometidas depois da entrada da lei em vigor e, em relação àquelas cometidas antes dessa data, somente em relação aos processos não definitivamente julgados e desde que a nova lei mencione expressamente produzir efeitos retroativos.



60. Os tributos federais, bem como os estaduais e os municipais, estão sujeitos às regras de decadência, referidas no art. 173 do CTN. Tratando-se de tributos cujo lançamento seja feito por homologação, estes, especificamente, se sujeitarão, também, à regra de homologação tácita, por decurso de prazo, prevista no § 4º do art. 150 desse mesmo código.

Tanto os prazos de decadência como o de homologação tácita do lançamento, pelo decurso de prazo, são de cinco anos e estão previstos, respectivamente, no *caput* do art. 173 do CTN e no § 4º do art. 150 do referido código.

Conseqüentemente, a contagem desses prazos quinquenais deve ser feita de modo

- (A) contínuo ou descontínuo, conforme determinar a lei ordinária, incluindo-se na sua contagem o dia de início e excluindo-se o de vencimento, sendo que eles só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição à qual o contribuinte está vinculado, em razão do seu domicílio.
 - (B) contínuo ou descontínuo, conforme determinar a lei ordinária, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento, sendo que eles só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
 - (C) contínuo, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento, sendo que eles só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
 - (D) contínuo, incluindo-se na sua contagem o dia de início e excluindo-se o de vencimento, sendo que eles só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição à qual o contribuinte está vinculado, em razão do seu domicílio.
 - (E) contínuo, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento, sendo que eles só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição à qual o contribuinte está vinculado, em razão do seu domicílio.
61. Uma pessoa adquiriu, no ano de 2011, por meio de contrato de compra e venda, um imóvel localizado no município de São Paulo. Em razão de erro de cálculo, essa pessoa, contribuinte do ITBI, acabou pagando quantia superior à efetivamente devida. Com consequência desse pagamento indevido, esse contribuinte, neste exercício de 2012,
- (A) não poderá pleitear a restituição da importância indevidamente paga.
 - (B) poderá pleitear a restituição de tudo o que foi pago, no decurso do prazo de dois anos, contados da data da ocorrência do fato gerador do imposto cujo pagamento foi feito indevidamente, devendo, então, fazer o pagamento da quantia correta.
 - (C) poderá pleitear a restituição de tudo o que foi pago, no decurso do prazo de cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador do imposto cujo pagamento foi feito indevidamente, devendo, então, fazer o pagamento da quantia correta.
 - (D) poderá pleitear a restituição do que foi pago em excesso, no decurso do prazo de dois anos contados da data em que foi feito o pagamento indevido.
 - (E) poderá pleitear a restituição do que foi pago em excesso, no decurso do prazo de cinco anos contados da data em que foi feito o pagamento indevido.

62. Uma pessoa adquiriu bem imóvel, localizado em área urbana de município paulista, sem exigir que o vendedor lhe exibisse ou entregasse documento comprobatório da quitação do IPTU, relativo aos cinco exercícios anteriores ao da data da referida aquisição. Nada constou a respeito dessa quitação no título por meio do qual foi feita a transmissão da propriedade do referido imóvel.

Desse modo, esse adquirente

- (A) é responsável tributário pelo pagamento do IPTU devido até o momento da transmissão da propriedade.
- (B) é responsável tributário pelo pagamento do IPTU somente em relação aos fatos geradores ocorridos após a aquisição do imóvel.
- (C) não é responsável tributário pelo pagamento do IPTU anterior à aquisição do imóvel, pois não há ilícito algum na aquisição de imóvel em transmissão *inter vivos*.
- (D) não é responsável tributário pelo pagamento do IPTU anterior à aquisição do imóvel, pois nada constou, no título aquisitivo, sobre a existência desses créditos tributários não pagos.
- (E) tornou-se contribuinte do IPTU em relação aos créditos tributários referentes aos exercícios anteriores ao de sua aquisição, cabendo a ele quitá-los nessa condição.

63. Um menino menor de idade, com dez anos, recebeu, na qualidade de herdeiro testamentário, por ocasião da morte de sua avó, um imóvel urbano, localizado em município do interior de São Paulo, no valor de R\$ 350.000,00.

Houve a aceitação da herança pelo menor, que, nesse ato, foi representando por seus pais.

Nesse caso, o tributo devido na transmissão *causa mortis* de bens imóveis caberá

- (A) aos pais do menor de idade, pois o menino, por ser menor de idade, não tem capacidade tributária.
- (B) ao menino menor de idade, pois ele tem capacidade tributária, e, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento dessa obrigação tributária por ele, seus pais responderão solidariamente com ele, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.
- (C) cinquenta por cento ao menino menor de idade e cinquenta por cento aos pais do menor.
- (D) aos pais do menino menor de idade e ao próprio menino, pois o menor não tem capacidade jurídica para ser, isoladamente, contribuinte.
- (E) ao menino menor de idade, pois ele tem capacidade tributária, e, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento dessa obrigação tributária por ele, seus pais responderão solidariamente com ele.



64. Em uma situação hipotética, quatro irmãos adquiriram, em conjunto, no exercício de 2005, por meio de compra e venda, um imóvel localizado em município do Estado de São Paulo.

Esses irmãos, todavia, deixaram de pagar o IPTU incidente sobre esse imóvel, nos exercícios de 2006 a 2011.

No final do ano de 2011, o referido município editou lei ordinária, concedendo remissão do crédito tributário desse IPTU exclusivamente aos proprietários ou coproprietários, pessoas naturais, que comprovassem ter auferido rendimentos anuais em montante inferior a R\$ 12.000,00, nos exercícios de 2006 a 2011.

Considerando que o mais velho dos irmãos se encontra na situação prevista nessa lei, a remissão

- (A) beneficiou a todos os quatro irmãos, pois, por força da solidariedade, ou todos se beneficiam, ou nenhum deles se beneficia.
- (B) não beneficiou nenhum dos quatro irmãos, pois, por força da solidariedade, ou todos se beneficiam, ou nenhum deles se beneficia.
- (C) só beneficiou o irmão mais velho, pois, tendo sido concedida em caráter pessoal, não se estende aos demais.
- (D) só beneficiou o irmão mais velho, extinguindo, por outro lado, a solidariedade entre os demais irmãos não beneficiados pela isenção.
- (E) não beneficiou os quatro irmãos porque não existe solidariedade entre os quatro irmãos em relação ao IPTU devido pelo bem imóvel adquirido.

65. Um contribuinte deixou de emitir o documento fiscal referente a uma prestação de serviço tributada pelo ISS, tributo de competência municipal, e, como consequência, foi-lhe aplicada penalidade pecuniária pelo descumprimento dessa obrigação acessória (art. 230, *caput*, inciso V, alínea "a" do Decreto Municipal 52.703/11)

Essa penalidade pecuniária

- (A) é imposto, pois está prevista na legislação do ISS.
- (B) não é imposto, mas é tributo, em sentido amplo, pois tem natureza compulsória.
- (C) é tributo, porque é cobrado por meio de atividade vinculada, conforme estabelece o Código Tributário Nacional.
- (D) não é tributo, pois sanção pelo cometimento de ato ilícito não pode ser definida como tributo.
- (E) é taxa, pois tem a finalidade de ressarcir o erário pelo dano causado pelo descumprimento de uma obrigação acessória.

66. Projeto de lei estadual, no intuito de fiscalizar a pesca esportiva no rio Piracicaba, foi enviado à Assembleia Legislativa, propondo a criação da *Taxa de Fiscalização de Pesca do Rio Piracicaba*, como meio de custear aparato fiscalizador estadual das atividades de pesca do referido rio. Tendo em vista que os benefícios trazidos por tal fiscalização atingiriam toda a população das cidades ribeirinhas, o projeto de lei em questão propunha que a base de cálculo da taxa pelo exercício do poder de polícia sobre a pesca esportiva fosse o valor venal dos imóveis localizados no perímetro urbano das cidades, desde que esses imóveis se encontrassem na zona limítrofe do rio Piracicaba, até a distância máxima de 10 km. O projeto de lei não foi aprovado pela Assembleia Legislativa, tendo sido arquivado, sob o fundamento de inconstitucionalidade.

Com base na situação descrita acima, é correto afirmar:

- (A) Como a competência para instituir taxas pelo exercício do poder de polícia é exclusiva dos municípios, o projeto de lei deveria ser municipal.
- (B) A taxa não pode ter base de cálculo idêntica à que corresponda a imposto.
- (C) A espécie tributária a ser criada deveria ser uma contribuição de melhoria, e não uma taxa pelo exercício do poder de polícia, tendo em vista os benefícios trazidos pela fiscalização da pesca às cidades ribeirinhas.
- (D) A espécie tributária a ser criada deveria ser um imposto estadual com base de cálculo idêntica à do IPTU, e não uma taxa pelo exercício do poder de polícia.
- (E) Nas circunstâncias descritas e pela relevância social do projeto de lei proposto, somente a União teria competência para instituir um imposto extraordinário, com a mesma finalidade e com a mesma base de cálculo do IPTU.



67. A Igreja Mundial do Imposto Sagrado, tendo em vista a ampliação de suas atividades religiosas, começou a cobrar de seus fiéis o valor de R\$ 100,00 por batismo realizado. Responsáveis pela entidade religiosa regularmente constituída formulam consulta ao órgão competente do município de sua localização, para saber se devem, ou não, recolher o ISS pelos serviços religiosos prestados. Formulam consulta, também, ao fisco federal, para saber se a renda auferida com os batismos deve ser declarada como tributada pelo Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – Pessoa Jurídica – IRPJ da entidade religiosa.

Nesse caso,

- (A) o ISS e o IRPJ devem ser cobrados, em razão do princípio da igualdade, pois os templos de qualquer culto devem ser tratados tributariamente como qualquer pessoa jurídica que realize um serviço tributável e que aufera rendas.
- (B) o ISS não deve ser cobrado, tendo em vista que o serviço de batismo é atividade relacionada às finalidades religiosas da entidade, porém, o IRPJ deve ser cobrado, pois a renda auferida com qualquer serviço prestado pelo templo é tributada.
- (C) tanto o ISS como o IRPJ devem ser cobrados, pois não há dispositivo normativo que exima o templo de qualquer culto de quaisquer cobranças tributárias.
- (D) nem o ISS, nem o IRPJ devem ser cobrados, tendo em vista que, tanto o serviço de batismo, como a renda respectivamente auferida, estão relacionados às finalidades essenciais da entidade religiosa.
- (E) o IRPJ não deve ser cobrado, pois a renda auferida com os batismos resta alcançada por imunidade tributária; porém, sobre o serviço de batismo deve ser cobrado o ISS, tendo em vista a ausência de dispositivo normativo em sentido contrário.

68. Auditor fiscal municipal, ao dar início aos seus trabalhos de fiscalização, lavrou termo de início desses trabalhos em livro fiscal da empresa *Venha a mim Ltda.*, arrecadando, naquela oportunidade, diversos documentos e livros fiscais, a fim de realizar seu trabalho na repartição municipal de sua sede. João Modesto, dono da empresa fiscalizada, ao ser alertado pelo seu contador de que os documentos e livros fiscais apontariam infrações relacionadas com o não pagamento de imposto, determinou a elaboração das guias de pagamento dos impostos não recolhidos e relativos à documentação apreendida, a fim de evitar que fosse lavrado auto de infração contra sua empresa.

Caso a fiscalização descubra as irregularidades fiscais da empresa,

- (A) não poderá lavrar auto de infração pelas infrações possivelmente identificadas na análise documental, tendo em vista que a empresa saneou as irregularidades, ao pagar os impostos devidos, antes da efetiva notificação do auto de infração.
- (B) não poderá lavrar auto de infração, pois o procedimento de início de fiscalização foi irregular, na medida em que o fiscal, ao invés de ter lavrado o termo de início da fiscalização no livro do contribuinte, deveria ter-lhe entregado, obrigatoriamente, uma notificação apartada.
- (C) poderá lavrar auto de infração, cobrando multa, pelas infrações cometidas, tendo em vista que a possibilidade de denúncia espontânea estaria excluída, pois o termo de início de fiscalização fora lavrado regularmente antes da tentativa saneadora da empresa.
- (D) poderá lavrar auto de infração, cobrando multa a qualquer momento, mesmo que, antes da lavratura do termo de início de fiscalização, aposto em livro fiscal pelo auditor municipal, as irregularidades fiscais tivessem sido saneadas.
- (E) poderá lavrar auto de infração, cobrando multa pelas infrações cometidas, mesmo após a tentativa saneadora efetivada pela empresa, devendo ser regularizado, todavia, o procedimento de início de fiscalização, com a lavratura de "notificação de correção de termo de início de fiscalização", documento oficial a ser assinado pelo contribuinte, para evitar que o auto de infração seja cancelado por vício formal.

69. Legislações municipais brasileiras estabelecem a incidência do ISS nas prestações de serviços de "alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento".

Órgãos de fiscalização de alguns municípios, desconsiderando a própria restrição contida nesse dispositivo da lei complementar federal e de sua própria lei municipal, expediram notificação do lançamento do ISS, reclamando o tributo também sobre as prestações de serviços de alfaiataria e costura, inclusive nos casos em que o material utilizado nessa prestação **não** tenha sido fornecido pelo usuário final. A justificativa legal para sua cobrança foi o uso da analogia prevista no CTN, pois, no entender daquelas autoridades municipais, as prestações de serviços em que o material é fornecido pelo consumidor final são análogas àquela em que o referido material não é fornecido.

Nesse caso, a ação dos órgãos de fiscalização municipal,

- (A) não merece reparos, tendo em vista a possibilidade de se cobrar tributos para fatos não contemplados pela lei, mas que seriam semelhantes a fatos geradores legalmente previstos.
- (B) não merece reparos, porém, neste caso, deve o contribuinte pleitear a aplicação da equidade, tendo em vista ser dispensado do pagamento do tributo devido.
- (C) está em desconformidade com a legislação, porém, neste caso, deve o contribuinte se conformar com o lançamento efetuado, tendo em vista sua legalidade, somente restando a ele se socorrer dos princípios gerais de direito tributário, a fim de minorar os efeitos da cobrança.
- (D) está em desconformidade com a legislação e, em razão disso, o contribuinte tem a possibilidade de se insurgir contra o lançamento efetuado, alegando que não se pode exigir imposto não previsto em lei, por meio de analogia.
- (E) está em desconformidade com a legislação, porém, neste caso, deve o contribuinte se conformar com o lançamento efetuado, tendo em vista sua legalidade, somente restando a ele se socorrer dos princípios gerais de direito público, a fim de minorar os efeitos da cobrança.



70. Uma determinada pessoa adquiriu um imóvel urbano em maio de 2010. Em fevereiro de 2012, ela constatou que o IPTU incidente sobre esse imóvel, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, não havia sido pago pelo proprietário anterior. Os créditos tributários referentes ao IPTU incidente nos exercícios de 2011 e 2012 ela mesma os pagou, em razão de o imóvel já lhe pertencer nesses exercícios. Não existe prova alguma de quitação do tributo referente aos exercícios 2008, 2009 e 2010.
- Considerando que o fato gerador do IPTU, em relação à situação descrita acima, ocorre no dia 1^o de janeiro de cada exercício, o adquirente é
- (A) contribuinte do IPTU, em relação aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.
 - (B) contribuinte do IPTU, em relação aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e responsável tributário pelo pagamento desse imposto em relação aos exercícios de 2011 e 2012.
 - (C) contribuinte do IPTU, em relação aos exercícios de 2008 e 2009 e responsável tributário pelo pagamento desse imposto em relação aos exercícios de 2010, 2011 e 2012.
 - (D) responsável tributário pelo pagamento do IPTU, em relação aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.
 - (E) responsável tributário pelo pagamento do IPTU, em relação aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e contribuinte desse imposto em relação aos exercícios de 2011 e 2012.
-
71. A autoridade competente para aplicar a lei tributária municipal, estando diante de norma legal a partir da qual se podem erigir diferentes interpretações, deverá interpretá-la de maneira mais favorável ao
- (A) acusado, quando essa lei tributária estiver definindo infrações ou cominando penalidades.
 - (B) contribuinte, no tocante à alíquota e à base de cálculo aplicáveis a um determinado tributo.
 - (C) contribuinte acusado, no tocante à alíquota e à base de cálculo aplicáveis a um determinado tributo, bem como às penalidades passíveis de imposição a ele.
 - (D) contribuinte, no tocante à alíquota aplicável a um determinado tributo.
 - (E) sujeito passivo de obrigação acessória, quanto à extensão dos prazos para cumprimento de obrigação acessória.
-
72. Município *Deixa pra Lá*, não conseguindo, hipoteticamente, exercer sua competência constitucional tributária para instituir o ITBI no seu território, celebrou acordo com o Estado federado em que se localiza, para que esse Estado passasse a exercer, em seu lugar, a competência constitucional para instituir o referido imposto em seu território municipal e, ainda, para que exercesse as funções de fiscalizar e arrecadar esse tributo, recebendo, em contrapartida, um pagamento fixo anual, a título de "retribuição compensatória".
- Relativamente a essa situação, o Município *Deixa pra Lá*
- (A) pode delegar sua competência tributária e suas funções de arrecadar e de fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público.
 - (B) não pode delegar sua competência tributária a qualquer outra pessoa jurídica de direito público, embora possa delegar as funções de arrecadar e de fiscalizar tributos de sua competência tributária.
 - (C) não pode delegar sua competência tributária, nem suas funções de fiscalizar tributos a qualquer outra pessoa jurídica de direito público, embora possa delegar suas funções de arrecadar tributos de sua competência tributária.
 - (D) não pode delegar sua competência tributária, nem suas funções de arrecadar e de fiscalizar tributos de sua competência tributária a qualquer outra pessoa jurídica de direito público.
 - (E) não pode delegar sua competência tributária, nem suas funções de arrecadar e de fiscalizar tributos de sua competência tributária a qualquer outra pessoa jurídica de direito público, mas pode delegar as funções de arrecadação às instituições bancárias públicas e privadas.
-
73. Um município brasileiro criou, hipoteticamente, por meio de lei ordinária, uma nova taxa, de conformidade com as normas gerais de direito tributário que disciplinam essa matéria, mas deixou para o decreto regulamentador a fixação de sua alíquota e de sua base de cálculo.
- A lei em questão não poderia, todavia, ter atribuído ao decreto a competência para fixar alíquota e determinar a base de cálculo da referida taxa, porque determinar a base de cálculo das taxas
- (A) e fixar a alíquota delas é matéria de lei ordinária.
 - (B) e fixar a alíquota delas é matéria de lei complementar.
 - (C) é matéria de lei ordinária, mas fixar a alíquota delas é matéria tanto de lei complementar como de lei ordinária.
 - (D) é matéria tanto de lei complementar como de lei ordinária, mas fixar a alíquota delas é matéria apenas de lei ordinária.
 - (E) é matéria de lei complementar e fixar a alíquota delas é matéria de lei ordinária.
-
74. Um determinado tributo, cuja legislação de regência determine aos seus contribuintes a emissão do correspondente documento fiscal, com sua posterior escrituração no livro fiscal próprio, seguida da apuração do valor devido no final de cada período de competência e, finalmente, do subsequente recolhimento do valor apurado junto à rede bancária, tudo sem a prévia conferência do fisco, ficando essa atividade desenvolvida pelo contribuinte sujeita à posterior análise e exame pelo agente do fisco, que poderá considerá-la exata ou não, caracteriza a forma de lançamento denominada
- (A) de ofício.
 - (B) por homologação.
 - (C) por declaração.
 - (D) misto.
 - (E) extemporâneo.



75. A empresa Fernando Rosa S/C Ltda., contribuinte de imposto municipal, efetuou prestação de serviço sujeita à incidência desse imposto, emitiu corretamente o documento fiscal previsto na legislação municipal, escriturou-o regularmente no livro próprio, apurou o montante do imposto a pagar no término do período de apuração e, ao final, pagou o imposto devido.

A obrigação tributária principal

- (A) não se extingue.
- (B) se extingue com o lançamento por homologação feito pelo contribuinte.
- (C) se extingue juntamente com a extinção do crédito tributário dela decorrente.
- (D) se extingue com a apresentação de pedido de parcelamento do crédito tributário.
- (E) se extingue juntamente com a extinção do fato gerador.

76. Admitindo-se que caiba apenas aos Estados federados colocar à disposição da população um determinado serviço público específico e divisível, e, admitindo-se, também, que, em decorrência de omissão de alguns Estados, os municípios neles localizados resolvam, fora do âmbito de suas respectivas atribuições, tornar esse serviço disponível às suas respectivas populações, cobrando, em razão disso, taxas pelos serviços que estão sendo colocados à sua disposição, conclui-se que a instituição dessa taxa está em

- (A) desconformidade com a legislação, pois uma pessoa jurídica de direito público não pode cobrar taxa por atividade que não esteja no âmbito de suas respectivas atribuições.
- (B) conformidade com a legislação, desde que o Estado delegue sua competência tributária para o município.
- (C) desconformidade com a legislação, pois a atividade desenvolvida pelo município deve ser prestada gratuitamente, custeada pela receita geral de impostos, já que os municípios não estão constitucionalmente autorizados a cobrar taxa de espécie alguma.
- (D) conformidade com a legislação, pois, se o Estado não exerceu sua competência constitucional, o município deve fazê-lo, cobrando, conseqüentemente, as taxas cabíveis.
- (E) desconformidade com a legislação, pois as taxas só podem ser cobradas em razão de serviços efetivamente prestados e não meramente colocados à disposição do município.

77. Um determinado município paulista, ao instituir o ISS, imposto de competência municipal, criou, na mesma lei ordinária, várias obrigações acessórias, no interesse da arrecadação e fiscalização desse imposto.

Com relação à referida lei ordinária, é correto afirmar que

- (A) ela não poderia ter criado obrigações acessórias, pois isso é atribuição de decreto.
- (B) ela não poderia ter criado obrigações acessórias, pois isso é atribuição de normas regulamentares e infraregulamentares.
- (C) não há irregularidade alguma em ela ter criado obrigações acessórias.
- (D) lei ordinária só pode criar obrigação principal e normas infralegais só podem criar obrigações acessórias.
- (E) cabe à lei complementar criar tanto obrigações principais, como obrigações acessórias.

78. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com esse contribuinte, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício, conforme dispõe o art. 134, *caput*, inciso VI do CTN.

Quanto aos tabeliães e escrivães, especificamente no que concerne aos tributos municipais, é correto afirmar que,

- (A) diferentemente dos contribuintes e dos responsáveis em geral, não estão sujeitos à fiscalização municipal, pois já se submetem à fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça estadual.
- (B) como qualquer outro contribuinte ou responsável em geral, estão sujeitos à fiscalização municipal, mas só estão obrigados a prestar à autoridade administrativa as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, quando autorizados pela Corregedoria Geral da Justiça estadual.
- (C) mediante intimação escrita, ou inclusive verbal, em caso de urgência, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, exceto quanto a fatos sobre os quais os tabeliães e escrivães estejam legalmente obrigados a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (D) nas cidades que não forem capitais de Estado, mediante anuência da autoridade judicial da comarca, devem prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, exceto quanto a fatos sobre os quais os tabeliães e escrivães estejam legalmente obrigados a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (E) mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, exceto quanto a fatos sobre os quais os tabeliães e escrivães estejam legalmente obrigados a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.



79. Empresa contribuinte do ISS firma contrato de natureza particular com pessoa jurídica sua cliente, convencendo-a que a obrigação de pagar o referido imposto, correspondente aos serviços que presta, deva ser de responsabilidade de sua cliente. Tendo em vista que a referida cliente não cumpriu a convenção particular entre elas celebrada, pois não liquidou o crédito tributário lançado em nome da contribuinte prestadora de serviços, a fiscalização municipal notificou a contribuinte a pagar o imposto devido. Em resposta à notificação fiscal, a contribuinte apresentou cópia da convenção particular celebrada entre elas, alegando a existência de erro na identificação do sujeito passivo na notificação elaborada. Entende a contribuinte que a cobrança do tributo não pago deveria ser feita à sua cliente.

Com base no descrito acima e nas normas gerais de direito tributário que disciplinam essa matéria, a justificativa apresentada pela contribuinte

- (A) não deve ser acatada, pois a convenção particular não se presta a alterar a sujeição passiva de obrigação tributária, exceto quando firmada escritura pública nesse sentido, situação em que a Fazenda Pública Municipal deve eximir a contribuinte prestadora de serviço de tal cobrança, mesmo na ausência de lei normatizando a questão.
- (B) não deve ser acatada, na medida em que o ordenamento jurídico não contemple possibilidade alguma de modificação da definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias, quer por meio de convenção entre as partes, quer por meio de disposição de lei.
- (C) deve ser acatada, pois a convenção particular, desde que celebrada por escritura pública, deve ser aceita e respeitada pela Fazenda Pública Municipal, para eximir a contribuinte do pagamento do imposto ainda não pago, pois a responsabilidade passou a ser da sua cliente.
- (D) não deve ser acatada, pois nem a convenção particular, nem a escritura pública se prestam a alterar a sujeição passiva de obrigação tributária, a não ser que haja lei normatizando a questão.
- (E) deve ser acatada, pois a convenção particular deve ser aceita e respeitada pela Fazenda Pública Municipal para eximir a contribuinte do pagamento do imposto ainda não pago, desde que haja decreto do Poder Executivo municipal, permitindo a modificação da definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

80. Município localizado no Estado de São Paulo concedeu, por meio de lei ordinária, isenção do ITBI para as transmissões imobiliárias, quando, cumulativamente, o adquirente do imóvel fosse pessoa natural, o valor venal do imóvel, no ano da transmissão, não excedesse R\$ 50.000,00 e o referido imóvel tivesse mais de 20 anos de construção.

Para poder fruir dessa isenção, o interessado, isto é, o adquirente do imóvel, deveria formular, por meio de requerimento escrito, o pedido de isenção do ITBI, juntando a documentação comprobatória do direito de usufruir o benefício legal.

Um munícipe, interessado em usufruir do referido benefício, apresentou o referido requerimento, juntando:

- I. cópia do *carpet* do IPTU, comprovando que o referido imóvel, no exercício anterior ao da transmissão, tinha valor venal equivalente a R\$ 49.000,00.
- II. documentação comprobatória de que o imóvel tinha 19 anos de construção.
- III. documentos comprovando que ele, pessoa natural, é o adquirente desse imóvel.

Em seu requerimento, explicou que o fato de o imóvel não ter mais de 20 anos não deveria impedir o deferimento do pedido de isenção, pois o imóvel estava "tão arruinado", que parecia ter 50 anos de construção.

A autoridade municipal competente para apreciar o referido requerimento e reconhecer ou não a presença dos requisitos necessários para o reconhecimento da isenção deverá

- (A) deferir o pedido formulado pelo munícipe, por considerar satisfeitos todos os requisitos legais, pois o adquirente é pessoa natural, o valor da transação é inferior a R\$ 50.000,00, conforme demonstra o *carpet* do IPTU referente ao lançamento feito no exercício anterior ao da transmissão do imóvel, e o estado de conservação do imóvel lhe dá a aparência de ter sido construído há mais de 20 anos.
- (B) deferir parcialmente o pedido formulado pelo munícipe e considerar satisfeitos apenas dois dos três requisitos legais, reconhecendo ao adquirente o direito de usufruir apenas 2/3 (dois terços) do valor do benefício isencional.
- (C) deferir o pedido formulado, interpretando teleologicamente a legislação, para reconhecer que a finalidade social da isenção deve nortear seu despacho, não se devendo valorizar em demasia requisitos formais, tais como a perfeita idade do imóvel ou a comprovação do seu valor venal do exercício em que houve a transmissão do bem.
- (D) deferir o pedido formulado, aplicando a interpretação analógica ao caso e reconhecendo que, se o imóvel aparenta estar "arruinado", ele tem, por analogia com imóveis no mesmo estado, mais de vinte anos, sendo, ademais, irrelevante, que o documento comprobatório do valor venal do imóvel seja do ano anterior ao da transmissão do bem.
- (E) indeferir o pedido formulado pelo munícipe, pois matéria relacionada com a outorga de isenção deve ser interpretada literalmente e, se o referido imóvel, não tem mais de 20 anos de construção, nem a prova de seu valor venal foi feita com *carpet* do IPTU do exercício em que se deu a transmissão do imóvel, não há como reconhecer que o interessado tenha satisfeito os requisitos legais para fruição do benefício isencional.